

TEMPORAL:

prática e pensamento contemporâneos

esse horizonte, que é, entretanto, a despeito de sua arrogância quase ingênua, o que focamos ao longe.

Editorial

As palavras com que se diz Justiça

O novo número da revista *Temporal* tenta dar continuidade ao projeto de levar o debate filosófico conceitual para outros campos menos especializados, sem perder, nesse transporte, elementos de sua complexidade. A revista continua tentando não escamotear a dificuldade de tal relação tensa entre pensamento e mundo. Procura, ainda, manter acessa a ideia de atrair para a frente da cena outros modos de exposição filosófica que não apenas a forma-artigo, o *paper*, muito embora essa abertura só estimule ainda mais polêmicas e problemas gerenciais e editoriais.

Esperávamos, também, inaugurar uma nova seção, *Controversas*, na qual convidávamos autores a comentar outros artigos já publicados. Mas infelizmente não recebemos nenhuma contribuição neste sentido. Esperamos manter o espaço, para tentar transformar a revista não apenas em um portal de divulgação de conteúdos – modelo tão disseminado em nossas comunidades virtuais, cotidianas ou especializadas – mas um centro enervado de debates e tensões, no qual os artigos não se depositam num fundo calmo de esquecimento após sua publicação. Todas essas ideias e propostas editoriais, evidentemente, podem até soar como um tanto arrogantes, diante de um cenário de proliferação de revistas e de conteúdos em quantidade e qualidade sempre crescente. Ser lido e comentado, propor um debate, eis algo que não se conquista sem uma boa dose de tempo, de insistência, e, claro, de consistência, e mesmo sorte. Não sabemos se alcançaremos

No número que ora trazemos a público, o tema – Justiça – se impunha como conceito central da discussão. A escolha do mote levou em conta o cenário conflituoso em que vivemos, ou seja, não se tratou de decisão editorial meramente acadêmica, mas de uma tentativa de localizar um núcleo tenso da sociedade e da política atuais. A partir das contribuições selecionadas pela equipe editorial e pelos pareceristas *ad hoc*, aos quais agradecemos, iniciamos o debate pelo autor que nos conduziu a esses questionamentos, Walter Benjamin. Abrimos o dossiê Justiça com a contribuição de Márcio Jarek, doutor em Filosofia pela PUC Rio e especialista renomado no nosso autor, que em seu artigo explicita como temáticas afins – Justiça, messianismo – orbitam dialeticamente em torno do problema da vida e da felicidade nos textos de juventude de Benjamin. Em seguida, publicamos o texto que deu ensejo a esse debate na equipe editorial, na realidade, uma palestra de Priscila Ruffini no Encontro Nacional de Estudantes de Graduação em Filosofia da UnB, cujo tema central era a novela *Na Colônia penal* de Franz Kafka. Dessa construção teórica proposta por estes primeiros autores, abre-se um outro campo, no qual se apresentam artigos que lançam os conceitos à arena da história, trata-se da contribuição de Cayo Honorato, docente do curso de Artes da UnB, sobre as ocupações nas escolas de São Paulo em 2015 e o gerenciamento, ou o manejo cortante, do aparato legal diante dessa situação de partilhas políticas e sociais. O texto seguinte, de Marcelo Mari, também docente do curso de Artes, traz para o debate aspectos do passado recente – as polêmicas levantadas e as censuras sofridas pelas artes nos anos de 1930 – que, sob outras luzes, tomam contornos incomodamente atuais. O texto, construído por longas citações, produz

Editorial

o movimento de emergir do fundo arqueológico do passado vozes há muito mitigadas e decantadas em análises já consagradas, como as de Mário de Andrade em seu famoso balanço de 1942. Lendo esses textos novamente, com olhos de hoje, entrelinhas saltam aos olhos. Lendo-os novamente, contrastados a outros fatos seus contemporâneos, tais documentos encontram-se em estranhas consonâncias com momentos esquecidos, como a colônia penal Clevelândia. Mari traz também, como Cayo Honorato, outros documentos pouco conhecidos para o rol das nossas pesquisas sobre o ordenamento jurídico e seus aparatos. Assim como Márcio Jarek propõe ao leitor novos aspectos na leitura dos textos do jovem Benjamin.

Na seção *Miscelâneas*, a revista propôs uma entrevista com a documentarista Maria Augusta Ramos, cujos filmes *Justiça*, *Juízo* e *O Processo*, investigam a arquitetura jurídica da sociedade brasileira, muitas vezes alicerçada não no equilíbrio, mas no ajuste desigual entre usos da linguagem, dos lugares e das funções. O último documentário, cujo eco kafkiano nos remete novamente aos textos teóricos do dossiê, pode ser visto como o teatro maior, alimentado e retroalimentado pelos cenários menores que encenam, em todos os campos sociais, os mesmos rituais legitimadores.

Para dialogar com a entrevista de Maria Augusta Ramos, trazemos a transcrição da palestra de 2016 para a *III Jornada de Filosofia Política da UnB* do jurista e ex-Ministro da Justiça, Eugênio Aragão, cujo foco era, naquele novembro sombrio, pensar quais estratégias podiam reconstruir a legitimidade tanto do Estado, quanto da nossa Justiça. A palestra, em tom ao mesmo tempo claro e crítico, mostra como há similaridades entre o esvaziamento individualista da academia, o solipsismo das redes sociais e a fragilidade institucional de estruturas como o judiciário, explicitando, na decadência das várias

linguagens em seus modos e usos, as fraturas da decadência social.

Devemos ainda citar todos os colaboradores, sem os quais não haveria a publicação. Marcelo Mari, cuja atuação foi a de um co-editor deste número; Lucas Noronha que transcreveu o áudio da palestra de Eugênio Aragão; Yuri de Lavor que, por sua vez, transcreveu a entrevista de Maria Augusta Ramos, concedida por Skype; aos nossos entrevistados pela paciência e compreensão com os limites técnicos da equipe, aos nossos pareceristas *ad hoc*, a Marco Antonio pela foto da capa, e a todos que de uma forma ou de outra ainda acreditam no projeto.

As editoras